

Carta aberta aos deputados e senadores

Senhor(a) Parlamentar,

Comunicamos a V. Exa. que nós, servidores públicos, em nossas lutas por direitos, vamos denunciar à exaustão ao povo brasileiro ao longo deste ano todas as incoerências detectadas nos discursos utilizados pelo governo e seus seguidores em defesa das reformas, das PECs do programa “Mais Brasil”, da Reforma Administrativa e outras propostas que ameacem os direitos do funcionalismo e o acesso dos cidadãos aos serviços públicos.

Lembrando que são também servidores os professores da rede pública, as forças de segurança, bombeiros, profissionais dos postos de saúde e limpeza urbana, atendentes do INSS e outros. E que os usuários de todos esses serviços serão o alvo da nossa mensagem, em todos os municípios, tendo em vista as eleições municipais de 2020.

Somos, segundo o IPEA, 11,4 milhões de servidores em todo o País: 1,2 milhão de federais (120 mil do Judiciário Federal), 3,7 milhões estaduais e 6,5 milhões municipais. Multiplicados por três, para cada grupo familiar, somamos nada menos do que 34,2 milhões (23,2%) de um total de 147,3 milhões de eleitores.

A própria OCDE, organização de nações ricas que o governo cita como referência para justificar suas propostas de reformas, mostra que apenas 12% de toda a classe trabalhadora brasileira concentra-se no serviço público, enquanto em países desenvolvidos como a Noruega e Dinamarca esse percentual é de 35%, no Canadá 20% e Estados Unidos 15,2%.

Ainda assim, o governo brasileiro, alegando que está no caminho certo, insiste em sua política de esvaziamento do Estado. Elege os servidores públicos os vilões do orçamento para vender à população a ideia de que as propostas draconianas de reformas que envia ao Congresso são necessárias. Taxa-nos de privilegiados ou ineficientes, diz que somos o maior gasto do Estado.

“Vende” o falso discurso de que as reformas são para equilibrar as contas públicas e garantir mais saúde e melhor educação para a população, quando sabemos que os reais objetivos são retirar direitos de todos os trabalhadores e acabar com os serviços públicos essenciais à população. Para quê? Para beneficiar os empresários inescrupulosos, abrindo-lhes as possibilidades de escravizarem seus empregados, expandirem seus negócios com a exploração de serviços historicamente prestados pelo Estado e assim se tornarem ainda mais ricos. Que se danem os pobres que não puderem pagar por tais serviços.

Esperamos contar com o(a) nobre parlamentar ao nosso lado.

Belo Horizonte, fevereiro de 2020.

Atenciosamente,

SITRAEMG